

## Direito Penal

**Professora: Claudia Barros**

### Contravenções Penais – Parte 3

#### Resumo

---

Continuando a análise da questão nas armas na LCP:

A LCP atualmente só se aplica às armas brancas. O artigo 18 está prejudicado quanto às armas de fogo e às munições (ambos tratados no Estatuto do Desarmamento).

O texto do artigo 18 é o seguinte:

*Art. 18. Fabricar, importar, exportar, ter em depósito ou vender, sem permissão da autoridade, arma ou munição:*

*Pena – prisão simples, de três meses a um ano, ou multa, de um a cinco contos de réis, ou ambas cumulativamente, se o fato não constitui crime contra a ordem política ou social.*

Aplica-se somente a importação de armas brancas. Tratando-se de simulacro, aplica-se o crime de contrabando.

O art. 19 dispõe sobre a contravenção de porte de armas brancas:

*Art. 19. Trazer consigo arma fora de casa ou de dependência desta, sem licença da autoridade:*

*Pena – prisão simples, de quinze dias a seis meses, ou multa, de duzentos mil réis a três contos de réis, ou ambas cumulativamente. (...).*

**Atenção!** O artigo somente se aplica ao porte extramuros.

Obs.: o §2º, a, do art. 19 não está previsto no Estatuto do Desarmamento, mas o §2º, b e c, estão previstos, portanto as alíneas não são aplicadas, senão para conduta culposa de armas brancas.

As contravenções referentes às armas são de rara aplicação.

#### Contravenção referente ao Aborto

Esta contravenção está prevista no art. 20 da LCP:

*Art. 20. Anunciar processo, substância ou objeto destinado a provocar aborto:*

*Pena - multa de hum mil cruzeiros a dez mil cruzeiros.*

---

A contravenção consuma-se apenas se for realizado de forma pública, com destinatários indeterminados.

## Vias de Fato

O art. 21 da LCP dispõe que:

*Art. 21. Praticar vias de fato contra alguém:*

*Pena – prisão simples, de quinze dias a três meses, ou multa, de cem mil réis a um conto de réis, se o fato não constitui crime.*

*Parágrafo único. Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) até a metade se a vítima é maior de 60 (sessenta) anos.*

A diferença entre vias de fato e lesão corporal não se relaciona com os vestígios deixados, mas sim de acordo com o dolo do agente.

## Recebimento de paciente psiquiátrico sem as formalidades legais

As condutas estão previstas nos artigos 22 e 23 da LCP e abrangem as seguintes condutas:

- Receber pessoa apresentada como doente mental, sem as formalidades legais;
- Deixar de comunicar à autoridade competente internação admitida por motivo de urgência;
- Deixar de retirar do estabelecimento psiquiátrico pessoa internada que já está apta, nos termos legais;
- Receber doente mental sem autorização de quem de direito.

As condutas não se confundem com o crime de sequestro qualificado pela internação em casas de saúde ou estabelecimento psiquiátrico (art. 148, § 1º, II/CP). O dolo do crime é privar a vítima de sua liberdade. Já na contravenção, a vítima realmente é doente, mas as observações legais sobre a internação não são cumpridas.